

ÉTICA AMBIENTAL NA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ilde Luiz Borella
(UCS)

Maristela Mercedes Bauer
(FEEVALE)

Margareth Rodrigues de Carvalho Borella
(UCS)

Roberto Naime
(FEEVALE)

Resumo

A necessidade da sociedade em buscar sustentabilidade nas atividades antrópicas e nos demais tipos de empreendimentos tem gerado a introdução sistêmica da variável ética nos procedimentos observados nas instituições e organizações. A sustentabilidade clássica adotava variáveis sociais, econômicas e ambientais, mas o novo cenário emoldurado pela economia globalizada exige de todos os atores uma postura responsável em busca da sustentabilidade. A adoção de comportamentos adequados voltados para a responsabilidade social corporativa é cada vez mais evidenciada. Esta nova postura utiliza mecanismos de transparência impulsionados pela governança visando atingir a sustentabilidade do empreendimento e a responsabilidade social corporativa, que tendem a gerar valor para os investidores e acionistas. Estes shareholders vêm sendo cada vez mais influenciados por estas variáveis em processos de tomadas de decisão estratégica. O objetivo desse artigo é fazer uma pesquisa bibliográfica procurando identificar a abordagem da ética nas temáticas envolvendo o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social corporativa. Um dos resultados importantes é a evidência clara e explícita da temática da ética no contexto da ética ambiental, enquanto nas temáticas de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social ela configura-se na maioria das vezes como implícita e algumas vezes como ambígua.

Palavras-chaves: Desenvolvimento sustentável. Responsabilidade socioambiental. Ética ambiental.

INTRODUÇÃO

O crescimento econômico isoladamente não proporciona melhores condições de vida para a sociedade como um todo. A variável ambiental se torna cada vez mais relevante neste contexto. A problemática nas sociedades ocidentais contemporâneas, onde se materializa o conflito entre a relação homem e meio natural, fica evidenciada ao se falar em ética ambiental.

A grande discussão nas organizações é sobre a identificação dos impactos ambientais no seu entorno e como estes impactos gerados pelas pessoas e pelas organizações influenciam na ética ambiental. Neste contexto, as pessoas além de cidadãos comuns, passam a ser atores ou partes interessadas (*stakeholders*) na sustentabilidade ambiental (DRUMOND, 1994).

O modelo de crescimento econômico praticado pelas organizações na atual fase industrial com as respectivas etapas de extração, transformação, comercialização e descarte dos recursos, jamais se configurou como sustentável. Desde a Revolução Industrial, as atividades humanas, a utilização de técnicas de produção e o próprio excesso de consumo vêm provocando impactos cada vez maiores sobre os sistemas naturais (WILSON, 2002).

A degradação do meio ambiente é o resultado de uma efetiva ação antropogênica, constituindo-se em temática central nas discussões de conferências e encontros internacionais pró meio ambiente. O problema ultrapassa a visão minimalista de conservação e preservação, proclamada inicialmente pelos primeiros movimentos ambientalistas. Os atuais modelos de desenvolvimento econômico e o modo de produção capitalista são apontados como os responsáveis pela alarmante situação ambiental.

O apogeu da indústria além de contribuir para a degradação do ambiente natural, contribuiu para a concentração e o crescimento da população nas áreas urbanas, aumentando a geração de resíduos e descartes. Terra, floresta, água e fauna foram convertidas em mercadorias para atender a intensificação da produção e do consumo. Desta forma quatro grandes problemáticas são descritas (WILSON, 2002): mudanças climáticas, diminuição dos recursos naturais (bióticos e abióticos), poluição de um modo geral e redução da biodiversidade.

Para Seiffert (2009), esta mudança nos paradigmas sociais e marcantes na atualidade, vem provocando mudanças em variáveis relevantes como: contingente populacional, padrões de distribuição da população no espaço urbano e rural, condição dos sistemas produtivos, padrões de consumo da população, expectativa de vida dos indivíduos e capacidade do ser humano em alterar as características de seu ambiente.

Para Dias (2009) os problemas ambientais podem ser abordados como dilemas sociais em que o comportamento reacional individual prejudica a sociedade inteira incluindo o próprio indivíduo, e as gerações futuras. O mundo vem debatendo a questão do meio ambiente, explorando as relações entre o homem e a natureza que podem ser claras, e simultaneamente muito difíceis de serem entendidas. Neste novo cenário mundial emerge a questão da ética ambiental na responsabilidade social corporativa em direção ao desenvolvimento sustentável.

Este artigo tem como objetivo fazer uma pesquisa bibliográfica sobre o tema da ética no contexto da ética ambiental, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social corporativa. Os resultados e as abordagens de pesquisas de alguns autores que vêm contribuindo para o avanço da sensibilização em defesa do meio ambiente também são discutidos e apresentados.

1 MÉTODO

A pesquisa é descritiva, uma vez que a intenção é expor as várias características da ética no contexto da responsabilidade social, do desenvolvimento sustentável e da ética ambiental. O raciocínio dedutivo é o que orienta as discussões e interpretações nessa pesquisa. De acordo com Prodanov e Freitas (2009, p. 63) “nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados [...]”.

Com base em uma pesquisa qualitativa, os resultados oriundos da revisão da literatura compilam-se em:

- Apresentação das abordagens sobre ética ambiental, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social por autores clássicos e contemporâneos, e estudos científicos.
- Discussão concomitante das diferentes visões apontadas na literatura e aplicáveis ao cenário atual, norteado pela minimização de impactos ambientais, pela justiça social e pela democracia participativa.

2 ÉTICA AMBIENTAL

Segundo Gallo (2007), a palavra “ética” é oriunda da palavra grega *ethos* que significa “morada”. Todavia, não se trata e não deve ser compreendida como a morada física, a casa material, mas como a casa existencial. Para os gregos, esta casa consiste na teia de relações entre o meio natural e físico e os membros da comunidade.

A ética ambiental existe nas diversas faces dessa dimensão comportamental, a qual pressupõe a discussão dos valores humanos, como qualidade de vida, igualdade, solidariedade, responsabilidade para com as gerações futuras. E os enfoques das diferentes teorias de ética ambiental (por exemplo, a “*ecologia social*”, o “*ecofeminismo*” e a “*ecologia profunda*”), embora específicos, apresentam denominadores comuns, que dizem respeito à qualidade socioambiental coletiva para o planeta e os seres vivos como um todo.

Para Pelizzoli (2002) uma concepção conceitual de ética ambiental deve ser realizada através de uma abordagem mais filosófica. Cada indivíduo, considerado ator ou parte interessada, tem suas próprias concepções sobre as várias dimensões da ética ecológica.

Figueiredo (2010) destaca que a ética ambiental pressupõe uma abordagem interdisciplinar que contempla os aspectos políticos, econômicos e sociais. Devido a globalização, a ética ambiental sofre com a grande influência da doutrina neoliberal que defende o aumento de poder dos sistemas produtivos transnacionais, desregulamentados e fortemente marcados pela competitividade e pelas leis tradicionais de livre mercado.

Natilini (2003) diz que ética ambiental pode ser traduzida como uma espécie de grau de ameaça ao meio ambiente. A erudição não garante proporcional incremento à tutela da natureza, assim como o *status* econômico diferenciado nem sempre é acompanhado de idêntico respeito pelo *habitat* natural.

Cada vez mais as ameaças ao meio ambiente são questões eminentemente éticas. A antiga filosofia sustentava que a função do conhecimento era sustentar uma ética. O pensamento moderno obedece a um desígnio transformador onde a finalidade do saber é procurar um domínio sobre o entorno para poder gerar modificações. Leopold (1949) propõe uma ética da terra onde se deve substituir o papel do conquistador (homem) pela mais simples vida da terra. O autor considerou que nada é ao acaso, e que o homem conquista, e tudo pode voltar para si próprio.

As sociedades contemporâneas foram construídas com base em dois princípios fundamentais: a participação dos cidadãos e a cooperação de todos para a construção do bem comum. Em lugar do bem comum, prevalece a hegemonia das noções de rentabilidade,

flexibilização, adaptação e competitividade. Assim, a liberdade do cidadão foi substituída pela liberdade das forças do mercado; o bem comum pelo particular; e a cooperação pela competitividade (BOFF, 1996).

Para Leff (2001) os processos industriais atuais dependem de uma espécie de super exploração dos recursos naturais que provoca a desestruturação do entorno dos lençóis freáticos, a sucção dos recursos ecológicos, a saturação do ar e a acumulação de resíduos sólidos. O autor observa na urbanização um indício de expressão clara da acumulação de capital e considera a globalização da economia como a maior evidência do contra-senso da ideologia do progresso.

A ética se manifesta na conduta das pessoas diante de situações concretas ou não, e ela se torna refém do interesse maior do indivíduo marcado pelo consumismo (BORELLA *et al.*, 2011). A satisfação das pessoas é, em parte, dependente do clima ético das suas organizações. Em pesquisa recente apontou-se que os funcionários tendem a valorizar mais os elementos que trazem benefícios imediatos/ e ou tangíveis para si próprios, como a participação nos resultados e as bonificações, do que a conduta das suas organizações com o meio ambiente (BERTOLAZZI, BARCELLOS, BORELLA, 2011).

Muitas empresas têm se preocupado em divulgar os seus valores e até, mais recentemente, várias empresas estão adotando um código de ética interno para orientar as práticas das organizações. Diante da ambigüidade e da crescente complexidade das práticas empresariais contemporâneas, resultantes das novas exigências de eficiência, inovação e competitividade, a reflexão ética serve de base para que se tenha coesão organizacional. Afinal, dilemas e incertezas aparecem de forma incessante e prever riscos torna-se cada vez mais difícil (SROUR, 2000).

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável tem como marco o ano de 1987, quando a então presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Gro Harlem Brundtland, apresentou para a Assembleia Geral da ONU, o documento “Nosso Futuro Comum”, que ficou conhecido como Relatório Brundtland (VEIGA, 2005, p. 191).

Nesse Relatório o desenvolvimento sustentável foi conceituado como sendo “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46; VALLE, 1995).

O processo de desenvolvimento sustentável é contínuo e muito complexo; dessa forma, várias são as abordagens para explicar o conceito de sustentabilidade. O termo desenvolvimento sustentável é claramente carregado de valores, nos quais existe uma forte relação entre os princípios, a ética, as crenças e os valores que fundamentam uma sociedade ou comunidade e sua concepção de sustentabilidade.

A diferença nas definições é decorrente das diferentes abordagens que se tem sobre o conceito. Portanto, o grau de sustentabilidade é relativo, dependendo do ponto de vista considerado e do campo ideológico ambiental ou dimensão aonde cada ator se coloca (LAFER, 2007).

O relatório de Brundtland (1989) *World Commission on Environment and Development* (WCED) trás a definição mais conhecida: o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.

Barbieri (2007) define que desenvolvimento sustentável são os modelos de desenvolvimento centrados nas pessoas, com a preocupação primordial de incorporar novas

tecnologias seguras sob o ponto de vista ambiental, de planejar inversões e procurar formas de refletir o valor da escassez dos recursos ambientais nos futuros processos de adoção de decisões.

No enfoque do IBAMA (1996), desenvolvimento sustentável é o processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam, reforçando o potencial presente e futuro do meio ambiente. Tudo isso dando suporte para as atividades econômicas destas populações, a fim de melhor atender as suas necessidades e aspirações, respeitando a livre determinação sobre a evolução de seus perfis culturais.

Para Cavalcanti (1995) o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser interpretado como uma alternativa ao conceito de crescimento econômico absoluto que está associado a crescimento material simples ou quantitativo da economia.

Leff (2006) coloca que o desenvolvimento sustentável é um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, assim como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta. O princípio da sustentabilidade surge no contexto da globalização com a marca de um limite e um sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade.

A crise ambiental veio questionar a racionalidade e as teorias que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases de produção.

Já para Kinlaw (1997), o desenvolvimento sustentável é a macro descrição de como todas as nações devem proceder em plena compatibilização com os recursos naturais e ecossistemas da Terra para manter e melhorar as condições econômicas gerais. O que se conclui é que o modelo econômico deve caminhar em sintonia e em consonância com as condições naturais para atingir um estágio de sustentabilidade.

Almeida (2002) descreve que sustentabilidade exige uma postura preventiva para identificar tudo o que um empreendimento pode gerar para que os impactos positivos sejam maximizados e os negativos minimizados. Mesmo com os avanços tecnológicos, o tempo é demasiado curto para que um impacto sobre o meio ambiente e sobre a sociedade sejam plenamente absorvidos.

Vieira (2001) lembra que a destruição da natureza ou da base material da produção caracteriza a crise ecológica como uma crise da civilização. As teorias de desenvolvimento econômico do século XX, assim como as políticas econômicas decorrentes, sempre ignoraram a condicionalidade ambiental, considerando apenas esta variável fundamental como uma externalidade.

É importante ressaltar que as teorias vigentes com preocupação predominantemente econômica, não alcançaram seus intentos de prover o progresso social, melhorar a qualidade de vida e reduzir as desigualdades.

Mesmo tendo este marco para sua conceituação, a noção de desenvolvimento sustentável exhibe uma evolução de conceitos a partir do “ecodesenvolvimento”, que vinha sendo defendido desde 1972, ano de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo (MEADOWS, 1998; SACHS, 2004).

Segundo Veiga (2005), três são os entendimentos acerca do desenvolvimento com sustentabilidade. A primeira corrente seria a dos fundamentalistas. Nesse entendimento, o desenvolvimento teria o mesmo significado de crescimento econômico. Essa noção ainda apresenta grande força na atualidade, tendo como principal exemplo a medição do desenvolvimento com base no Produto Interno Bruto per capita de um país. Esse entendimento foi enfraquecido com o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento

(PNUD) através do “Relatório do Desenvolvimento Humano” e do lançamento do “Índice de Desenvolvimento Humano” (IDH).

A segunda corrente de pensamento nega a existência do desenvolvimento, tratando-o como um mito. São denominados de pós-modernistas. Para o grupo, a noção de desenvolvimento sustentável em nada altera a visão de desenvolvimento econômico, sendo ambas pertencentes ao mesmo mito (SACHS, 1986).

O terceiro e mais complexo entendimento ganha força com o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano em 1990. Este obteve maior consistência nas palavras Amartya Sen em 1996 e 1997 com a noção de desenvolvimento como liberdade. Isto só poderia ocorrer se fossem garantidos a todas as pessoas os seus direitos individuais que efetivariam a sua liberdade.

Assim, a liberdade, em nenhum momento poderia se restringir e ser entendida como renda *per capita*, devendo abranger questões culturais, sociais (VEIGA, 2005), e mais do que pertinente, a própria ética. Essa é a noção que mais se aproxima das discussões atuais sobre o desenvolvimento sustentável, tendo grande importância nesse processo de transformação. Isto explica a necessidade cada vez maior de participação das comunidades nas discussões ambientais, seja na avaliação de projetos em audiências públicas, seja na elaboração e implantação de políticas públicas de meio ambiente.

Goldsmith (1972) definiu o desenvolvimento sustentável como sendo o atendimento dos propósitos e intenções de uma sociedade de tal forma que possam ser atendidos indefinidamente com satisfação ótima para seus membros.

Pronk e Haque (1992) asseveram que desenvolvimento sustentável ocorre quando o crescimento econômico traz justiça e oportunidades para todos os seres humanos do planeta, sem privilégio de qualquer espécie, sem destruir os recursos naturais finitos e sem ultrapassar a capacidade de carga do sistema.

Para Costanza (1991) deve ser inserida uma nova variável na relação dinâmica entre o sistema econômico humano e um sistema maior com taxa de mudança mais lenta denominado ecológico.

No Primeiro parágrafo do Capítulo 28, da Agenda 21 Global, encontra-se as bases da parceria necessária, nos planos nacionais e locais, para atingir os objetivos preconizados durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Como muitos dos problemas e soluções tratados na Agenda 21 têm suas raízes nas atividades locais, a participação e cooperação das autoridades locais será um fator determinante na realização de seus objetivos.

As autoridades locais constroem, operam e mantêm a infraestrutura econômica, social e ambiental, supervisionam os processos de planejamento, estabelecem as políticas e regulamentações ambientais e contribuem para a implementação de políticas ambientais nacionais e subnacionais. As organizações traduzem tudo de forma muito pragmática. Começam por introduzir o conceito de *ecodesign* em seus produtos. *Ecodesign* não é apenas inspiração com temas ecológicos. Significa planejar e produzir produtos que possam ser totalmente reciclados quando terminar sua vida útil. Ou no caso de embalagens de alimentos, que possam ser totalmente reaproveitadas ou recicladas. Aplicando inicialmente a prática dos 3R (Reduzir a geração de resíduos; Reutilizar no mesmo estado que se encontram; Reciclar quando o material serve de matéria prima para novo ciclo industrial). A reciclagem das embalagens de alumínio dos refrigerantes é um exemplo de sucesso dentro desse modelo de sustentabilidade (NAIME, 2005).

Outra iniciativa de sucesso é a redução de desperdícios de energia que evoluiu para programas de eficiência energética, calculando as iluminações e a potência dos motores que movimentam máquinas e produzindo energias alternativas, como a energia solar e a energia eólica. Associaram-se a estas ações os programas permanentes de aperfeiçoamento e melhoria

contínuas nesta área. A seguir, as lideranças locais passaram a cuidar da racionalização do uso de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos. Em todas as organizações que poluem a água, foram exigidos eficientes e eficazes sistemas de tratamento de efluentes, acompanhado de rigorosos controles dos padrões de descarga dos efluentes. Em conjunto com estas atividades foram implantados cuidadosos sistemas de gestão de resíduos sólidos, tanto domésticos quanto industriais, privilegiando a prática dos 3R. Ao mesmo tempo, começaram a ser muito controladas as emissões atmosféricas, de organizações que produzem grande quantidade de gases, como polos petroquímicos e organizações que utilizam caldeiras. Passaram a ser implantados filtros, lavadores de névoas e outros equipamentos de prevenção de poluição.

Pode-se deduzir que a sustentabilidade na empresa inicia com a implantação de programas 5S, acompanhados de programas de treinamento de pessoal e melhoria contínua, que logo evoluem para certificações de qualidade (série ISO 9000) e certificações ambientais (série ISO 14000). A conscientização deve ser a mesma, nos setores público e privado. Mas por razões operacionais, os resultados alcançados pelas organizações privadas têm sido melhores. Estes resultados são compulsoriamente perseguidos, porque deles dependem muitas vezes os mercados, tanto interno quanto externo, tornando também compulsória a própria ética.

As críticas à falta de sustentabilidade surgem num contexto onde os problemas já são evidentes, modificam a qualidade de vida de milhões de pessoas, assumem uma escala planetária e permitem antever situações de alta gravidade e irreversibilidade em longo prazo, caso não se tomem providências efetivas. Para corroborar, um dos focos privilegiados da crítica ao modelo de desenvolvimento econômico dominante é a contradição existente entre uma proposta de desenvolvimento ilimitado a partir de uma base de recursos finita.

Segundo Sampaio (2002), o volume de impactos destrutivos gerados pela ação antrópica sobre os ecossistemas tem-se ampliado em longo prazo, sendo necessário repensar as atuais formas de desenvolvimento, tanto capitalistas como socialistas, favorecendo uma conscientização efetiva do meio ambiente, enquanto recursos naturais, espaço essencial e qualidade do *habitat*.

Além disso, para considerar como sustentável, o desenvolvimento deve atender os aspectos referentes às dimensões: social e ecológica, bem como fatores econômicos, dos recursos vivos e não-vivos e as vantagens de curto e longo prazo de ações alternativas (VAN BELLEN, 2006, p. 23).

Conforme o GRI (2006, p. 2) um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável é a exigência de escolhas inovadoras e novas formas de pensar. Se por um lado o desenvolvimento de conhecimento e de tecnologia contribui para o crescimento econômico, por outro, também pode contribuir para solucionar os riscos e danos que esse crescimento traz à sustentabilidade de nossas relações sociais e do meio ambiente.

Novos conhecimentos e inovações em tecnologia, em gestão e em políticas públicas cada vez mais desafiam as organizações a fazer novas escolhas em relação aos impactos de suas operações, produtos, serviços e atividades sobre as economias, as pessoas e o planeta.

A interação dos sistemas econômico e ecológico deve ser harmoniosa, visto que são vitais à sobrevivência humana. A vital importância do inter-relacionamento dos sistemas econômico e ecológico é o ser humano ou a humanidade que sofre influência direta em razão do comportamento dos sistemas.

Neste momento, a população dos países em desenvolvimento é considerada quatro vezes maior que a dos países desenvolvidos, ou industrializados, sendo que uma parte bem expressiva da população vive em condições de pobreza ou extrema pobreza.

A solução proposta pela maioria dos economistas e políticos, sempre foi o crescimento econômico, com conseqüente diminuição das desigualdades nas diferentes regiões do mundo.

Contudo, o acelerado crescimento econômico mundial trouxe consigo a degradação do meio ambiente em função do excessivo uso dos recursos naturais.

Assim, o potencial econômico do mundo em que se vive foi danificado na proporção em que o patrimônio natural foi perdendo a sua qualidade. Nessa situação a riqueza individual das organizações percebida no desenvolvimento econômico da região sofre contraposição com o meio ambiente, apesar de buscar nos recursos naturais suas matérias primas fundamentais.

Os fatores de produção ou recursos de produção da economia são constituídos pelo capital, recursos humanos, trabalho e inovações tecnológicas e sendo encontrados em todas as sociedades economicamente organizadas.

Em resumo, o processo pela busca contínua e ética do desenvolvimento sustentável prioriza a busca pela iniciativa proativa, com visão de longo prazo e com a implantação de instrumentos que permitam a mensuração e a evidenciação dos resultados obtidos.

4 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

As organizações são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de uma nação. Porém, a efetiva responsabilidade social da empresa vai além das exigências legais, suscitando princípios e concepções cada vez mais engajados de acordo com os valores das partes interessadas (*stakeholders*).

Entretanto, dentre diversas definições, atenção especial deve ser dirigida para a definição formulada pelo Instituto Ethos¹ de Empresas e Responsabilidade Social, que a explicita da seguinte maneira:

Responsabilidade social é uma forma de conduzir negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-reponsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas e proprietários.

Keth Davis *apud* Certo (1993), resumiu esse ponto de vista nas cinco proposições abaixo relacionadas:

- I. A responsabilidade social surge com o poder social. Entende-se como poder social a influência que a empresa exerce sobre a poluição ambiental e a oferta de empregos para a minoria, responsabilizando, assim, as empresas pelos danos causados à natureza em função do uso desse poder.
- II. As empresas devem operar com um sistema aberto de mão dupla, com recebimento aberto de informações da sociedade e divulgação aberta de informações acerca de suas operações com o público. A empresa deve manter um canal de comunicação aberto com a sociedade para saber o que deve ser feito, ouvindo os representantes de forma aberta e honesta. Tanto os custos como os benefícios sociais de uma atividade, produto ou serviço devem ser completamente calculados e considerados.
- III. Uma empresa que tem condições de resolver um problema social, mesmo fora da sua área de atuação, deverá fazê-lo, responsabilizando-se assim pela sua solução.

¹ O Instituto ETHOS de Responsabilidade Social é uma associação sem fins lucrativos, que a visa mobilizar, sensibilizar empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável em parcerias na construção de uma sociedade mais próspera e justa.

Em consequência, a imagem da empresa responsável poderá aumentar os lucros de uma maneira geral.

As empresas, dentro de uma visão tradicional, existem com a finalidade de remunerar o capital dos investidores. Entretanto, essas empresas para exercerem suas atividades buscam recursos da sociedade e da natureza. Dessa forma, pode-se deduzir que do ponto de vista clássico considera a empresa apenas como uma entidade econômica, enquanto o ponto de vista contemporâneo concebe a empresa como um membro da sociedade.

Não tem havido consenso sobre o significado preciso da responsabilidade social ou sobre o grau das obrigações da empresa para com a sociedade. Este trabalho define responsabilidade social como o grau em que os administradores de uma organização realizam atividades que protejam e melhorem a sociedade além do exigido para atender aos interesses econômicos e técnicos da organização.

As decisões empresariais afetam, substancialmente, os *stakeholders*. Segundo Srour (2000, p. 41), “as decisões empresariais não são inócuas, anódinas ou isentas, carregam um enorme poder de irradiação pelos efeitos que provocam”. Segundo o mesmo autor no final de 1985 sete pessoas morreram envenenadas após ingerir Tylenol contaminado com cianeto. A empresa retirou o produto do mercado, fez campanhas de esclarecimento e ofereceu recompensas pela prisão do sabotador e assassino. Com medidas corajosas reverteu o quadro, uma vez que o evento colocou em risco o negócio da empresa.

Outros casos podem ser citados. Segundo Fandray (2001, p. 52), tragédias como a dos pneus Firestone nos carros Ford, que provocaram a morte de pessoas, causaram arrepios às empresas e seus executivos, tanto pela questão humana como pelo prejuízo à marca e à reputação. Segundo o mesmo autor, a situação Firestone x Ford poderia ser evitada com a aplicação de um código de ética por parte das empresas.

As organizações são constituídas para atender aos interesses de um grupo de pessoas. Brickley *et. al.* (2000, p. 4) entende que:

Uma corporação é, acima de tudo, simplesmente um conjunto de indivíduos. Ou mais precisamente, um conjunto de contratos (implícitos e explícitos) que colocam juntos indivíduos com interesses diferentes, frequentemente conflitantes. Neste sentido, as organizações não se comportam de forma ética ou antiética, mas sim os indivíduos.

É importante ressaltar que “responsabilidades éticas correspondem a atividades, práticas, políticas e comportamentos esperados por membros da sociedade, apesar de não codificados em leis” (ASHLEY *et al.*, 2004, p. 50).

Neste contexto, para Carroll (1979) “a RSC dos negócios abrange as expectativas econômicas, legais, éticas e discricionárias que a sociedade possui em relação às organizações em determinado período de tempo”.

A divisão proposta por Carroll (1979) da responsabilidade social nas dimensões econômica, legal, ética e discricionária, podem variar em função do ambiente social em que a empresa está inserida. O tipo de atividade relativiza em parte as relações da organização com os *stakeholders*, no sentido amplo do termo. Importa a evidenciação dos princípios e concepções.

As abordagens conceituais e os casos narrados anteriormente são suficientes para afirmar que a responsabilidade social é a ponta emersa de um *iceberg* chamado ética. A falta de ética e de escrúpulos políticos e empresariais não constrói uma responsabilidade social consistente com os modelos de sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a apresentação e discussão das abordagens de ética ambiental, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social pode-se deduzir que as questões éticas, envolvendo pessoas, organizações e nações estão implícitas nessas temáticas e não devem ser interpretadas como ambíguas. A ética tratada com ambigüidade perde a sua identidade e enfraquece a sua abordagem reformista em prol da sustentabilidade e da responsabilidade social.

Um modelo mental voltado excessivamente para o capitalismo faz com que as organizações trabalhem de acordo com o mesmo modelo político, econômico e social de seu país. A inserção atual das organizações nas sociedades que demandam cada vez mais posturas engajadas pelos seus *stakeholders*, criando valor a partir da postura das instituições ou empreendimentos, gera um novo cenário para a moldura institucional das empresas.

Desta forma quando uma empresa busca sua sustentabilidade, as variáveis sociais, econômicas e ambientais travam uma batalha na busca pelo seu espaço, onde a conjectura ambiental é relegada a um segundo plano, priorizando-se o crescimento econômico e não a sustentabilidade econômica.

É possível conceber que a partir deste momento, a atividade de uma organização pode impactar substancialmente na qualidade de vida de uma comunidade e, portanto, é bastante apropriado o desenvolvimento da dimensão de valoração ética dentro deste cenário.

A ética está sendo incorporada nas organizações através da transparência estimulada pelos mecanismos de governança corporativa. As concepções éticas criam valor para os investidores que remuneram adequadamente a preocupação e as práticas que valorizam questões sociais, econômicas, ambientais e agora éticas.

O papel da Ética Ambiental volta-se para uma relação de comprometimento com princípios. Conforme Gouzee (1995) descreve, devem ser observadas as dimensões ambientais, econômicas, sociais e institucionais dos empreendimentos. Figueiredo (2010) define Ética Ambiental como uma abordagem interdisciplinar, onde fica evidenciada a necessidade de uma integração entre Ética Ambiental e formas de controle que são os indicadores de desenvolvimento sustentável.

Quando uma organização busca o Desenvolvimento Sustentável, este empreendimento necessariamente precisa definir indicadores capazes de sustentar e legitimar as ações que são empreendidas. Existem muitas questões práticas e operacionais que precisam ser medidas, como: a situação ambiental geral, quais as formas de energia a serem utilizadas, como são tratadas as pessoas dentro do contexto proposto, o que é executado com os resíduos sólidos domésticos e industriais. Sob estas dimensões são desenvolvidos os vários aspectos da ética ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fonte, 2002.

ASHLEY, P. A. (org.). **Ética e Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BARBIERI, J.C. **Gestão Ambiental Empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BERTOLAZZI, M. A., BARCELLOS, P.F.P., BORELLA, M.R.C. **O Clima ético das**

organizações e a temática do meio ambiente. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, Portugal, Lisboa, v. 10, n.3, p. 2 -13, jul-set. 2011.

BOFF, L. **Ecologia: Grito da Terra, grito dos pobres**. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1996.

BORELLA, M. R. C., BERTOLAZZI, M. A.; BARCELLOS, P. F. P., GALELLI, A. Marketing-Environment Alignment in the Context of the Consumer Goods Companies. In: SIM (Sustainable Intelligent Manufacturing) 2011, Leiria, Portugal. **Proceedings of SIM 2011 – Sustainable Intelligent Manufacturing**. Leiria: Instituto Superior Técnico da Universidade Politécnica de Leiria, 2011 p. 45 – 52.

BRICKLEY, J.; SMITH Jr. C.; ZIMMERMAN, J. L. Business Ethics and Organizational Architecture. Social Science Research Network Electronic paper Collection. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=250947>. Acesso em: 11 ago. 2011.

BRUNDTLAND, G. H. Global change and Our Common Future. **Environment: Science and Policy for Sustainable Development**, v. 31, issue 5, 1989.

CARROLL, A. B. Corporate social responsibility. **Business and Society**. Chicago, v. 38, n. 3, p. 268-295, Sept. 1979.

CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995.

CERTO, S. C. **Administração Estratégica**. São Paulo: Makron Books, 1993.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 1ª. ed., Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COSTANZA, R. **Ecological economics: the science and management of sustainability**. New York, 1991.

DIAS, R. **Marketing ambiental: ética, responsabilidade e competitividade nos negócios**, 1ª. ed., São Paulo: Atlas, 2009.

DRUMOND, J.A., Os direitos da natureza numa sociedade relacional: reflexões sobre uma nova ética ambiental, **Estudos históricos**, RJ, vol.7, n.14, p. 265-289, 1994,

ETHOS. Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social. Guia de Elaboração de Relatório e Balanço Anual. Disponível em < <http://www.ethos.org.br> >. Acesso em 07 jan. 2003.

FANDRAY, D. A Ética na Vida Real. **HSM Management**, maio – junho, 2001.

FIGUEIREDO, P.J., GRAFF R. **A ética como fundamento da gestão ambiental: desafios para a produção de novo paradigma**. São Paulo: UNIMEP, 2010.

GALLO, Z. **Ethos, a grande morada humana ecologia e ética**. São Paulo: ITU, 2007.

GOLDSMITH. **Blueprint of survival**. Pinguin, Harmon ds Worth & Haughton Miffin, 1972.

GOUZEE, N. **Indicators of sustainable development for decision-making: report of the workshop of Ghent**, Belgium, January, 1995.

GRI. Global Reporting Initiative – Diretrizes Para Relatório de Sustentabilidade: 2006. Disponível em: < <http://www.globalreporting.org/ReportingFramework/G3Guidelines/>>. Acesso em: 29 mai. 2010.

KINLAW, D. C. **Empresa competitiva e ecológica: desempenho sustentado na era ambiental**. São Paulo: Makron Books, 1997.

LAFER, C. Experiência ação e narrativa: reflexão sobre um curso. **Estudos Avançados**, 2007.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LEFF, E. **Saber Ambiental**, Petrópolis: Vozes, 343 p., 2001.

LEOPOLD, A. **A sand country almanac, and sketches here and there**. Oxford: University Press, 1949.

MEADOWS, D. **Indicators and information systems for sustainable development**. Harthand Four Corners: The Sustainability Institute, 1998.

NAIME, R. **Gestão de Resíduos Sólidos: Uma abordagem prática**. Novo Hamburgo: Feevale, 136 p., 2005.

NATILINI, J.R. **Ética ambiental**. 2^a. Ed. Campinas: Millennium, 2003.

PELIZZOLI, M.L. **Correntes da ética ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PRODANOV, C. C., FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2009.

PRONK, J., HAQUE, M. **Sustainable Development: From Concept to Action. The Hague Report**. New York: United Nations Development Program, 1992.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas**. Estudos Avançados, 2004.

SAMPAIO, C. A. C. **Planejamento para o desenvolvimento sustentável: um estudo de caso e comparativo de municípios**. Florianópolis: Bernúncia, 2002.

SEIFFERT, M.E.B., **Mercado de Carbono e protocolo de Quioto, Oportunidades de negócios na busca da Sustentabilidade**, São Paulo: Atlas, 2009.

SROUR, R. H. **Poder, cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

VALLE, C. E. Qualidade Ambiental: como ser competitivo protegendo o meio ambiente: como se preparar para as norma ISO 14000. São Paulo: Pioneira, 1995.

VAN BELLEN, H. M. Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Ed FGV, 2006.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VIEIRA, S. Marca: o que os olhos não sentem os olhos não vêem. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

WILSON, E. O. O futuro da vida. Rio de Janeiro: Campus, 2002.